



ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA – Nasceu em Vale da Vinha, concelho de Penacova, no ano de 1866. Formou-se em medicina, na Universidade de Coimbra, e chegou a exercê-la, mas foi a actividade política que lhe modelou a carreira e a vida. O *Ultimatum*, de 11 de Janeiro de 1890, apanhou-o no primeiro ano do curso e fez dele um republicano firme e empenhado. Começou como propagandista em folhas académicas e, cerca de 30 anos depois, em 6 de Agosto de 1919, era eleito Presidente da República Portuguesa, cargo que ocupou até 5 de Outubro de 1923. A vida de António José de Almeida é, pois, inseparável da história e das ideias do próprio movimento republicano. E por elas se revela, desdobrado em duas escalas, a do homem e a do colectivo, um trajecto muito específico: o da escalada ao poder.

O ideário republicano já vinha medrando, sub-repticiamente, entre intelectuais, em meio urbano. Animava-os a insatisfação decorrente do jogo rotativista, a falta de alternativas no quadro político-partidário vigente, mas também as notícias de sucessos alcançados no exterior, como em 15 de Novembro de 1889, quando se verificou a implantação da República no Brasil. A notícia fez mover os prelos e foi tema de tertúlias e muita conversa de rua. Pelo que, em Janeiro de 1891, a fraqueza das autoridades face à afronta inglesa encontrou um ambiente crítico, facilmente inflamável, que não foi desperdiçado pelos que almejavam uma mudança de regime. O rei foi, obviamente, o principal alvo das farpas então lançadas.

António José de Almeida disparou a sua através do “número-programa” de uma folha académica que adoptou o expressivo título ***O Ultimatum***.¹ O seu célebre artigo «Bragança, o último» era, de facto, uma autêntica declaração de guerra, ainda que temperada de muita ironia: «Admitindo que se faça a revolução – porque é preciso que a revolução se faça – e porque nos achamos apetrechados para ela pela raiva e pela dor, à certa que aquele figurão não pode ficar eternamente no paço de Belém, ruminando nostalgicamente a lista civil que ele apelida de insignificância no seu egoísmo de rei. [...] Entendendo pois que o melhor será, quando os canhões começarem aos urros e quando o sangue principiar a correr, metê-lo numa das gaiolas centrais do Jardim Zoológico, fazer-lhe aí uma cama de palha e deixá-lo ficar muito tranquilo e muito descansado.» O arrojo valeu-lhe três meses de prisão – na sequência de um julgamento realizado a 25 de Junho –, que foram largamente compensados pelas manifestações de solidariedade da comunidade académica, à qual se juntou a opinião pública excitada pela imprensa republicana. O episódio ganhou dimensão para suscitar um protesto na Câmara dos Deputados, na sessão de 2 de Julho, pela voz de José Dias Ferreira (1837-1909). Embora preso, por mais de uma vez, António José de Almeida viu publicada na imprensa a sua opinião: oito dias depois de entrar, apareceu o folheto «**Palavras de um intransigente**» e, a 25 de

¹ Lançado em Coimbra, a 23 de Março de 1890, conheceu um único número.



Setembro, o jornal *A Republica Portuguesa*², dirigido por João Chagas (1863-1925), publicava o artigo «Ao fim de três meses».

A carreira de um agitador político, de um propagandista republicano não poderia ter tido melhor lançamento. António José de Almeida não desperdiçou esse capital, e distribuiu o seu verbo impetuoso e mobilizador por periódicos como *O Alarme*³, de Pedro Cardoso, *Azagaia*⁴, *O Raio*⁵, que dirigiu; *Resistência*⁶, dirigido por Joaquim Martins Teixeira de Carvalho (1861-1921); por folhetos... –, quando não o fez ecoar a partir da tribuna. Como manteve o vínculo à Universidade, com o propósito de concluir o curso, participou activamente nas manifestações estudantis que então se organizaram, muitas das quais configurando autênticos braços-de-ferro com o poder.

Concluído o curso, em 30 de Julho de 1895, António José de Almeida decidiu embarcar para África. Partiu em Março do ano seguinte e, após uma breve passagem por Angola, fixou residência em **S. Tomé**, onde permaneceu até 1903. Durante esses sete anos de auto-exílio exerceu, de forma regular, a medicina, mas tal não significa que tenha substituído a pena pelo bisturi. De facto, a partir daquela ilha do golfo da Guiné, continuou a dar colaboração à imprensa republicana, sediada em Coimbra e Lisboa, nomeadamente ao já referido bi-semanário *Resistência* e ao jornal *O Paiz*⁷, dirigido por Alves Correia (1860-1906). Na comunidade são-tomense (autóctone e colonos) deixou marcada a sua passagem, quer pela postura humanitária que sempre assumiu, quer como impulsionador do sanatório então construído no local da Praia Pequena, perto da cidade de São Tomé. Ainda antes de regressar a Portugal, esteve uns meses em **Paris**, no intuito de actualizar conhecimentos e práticas médicas. Mas a retoma e a renovação de contactos e apoios de natureza política estiveram também no centro das suas preocupações. Daquela cidade enviou para *O Mundo*⁸, dirigido por França Borges (1871-1915), um artigo em que sintetiza o programa de acção que pretende desenvolver em território pátrio. Foi publicado no dia 21

² Publicou-se no Porto entre 1 de Setembro de 1890 e 31 de Janeiro de 1891, somando 148 números.

³ Semanário de Coimbra, publicou-se entre 4 de Junho de 1891 e 31 de Janeiro de 1892, somando 30 números.

⁴ Revista de Coimbra, da qual se publicaram apenas dois números, Dezembro de 1891 e Janeiro de 1892, por iniciativa de um colectivo de estudantes formado por António José de Almeida, José Soares da Cunha e Costa, Fernando de Sousa, Francisco Couceiro, João de Meneses e Silvestre Falcão.

⁵ De Coimbra, conheceu um único número, publicado em 1894.

⁶ Bissemanário de Coimbra, publicou-se entre 21 de Fevereiro de 1895 e 28 de Maio de 1909.

⁷ Diário que se publicou em Lisboa, entre 1 de Novembro de 1895 e 19 de Julho de 1898.

⁸ Diário da capital, publicou-se entre 16 de Setembro de 1900 e 9 de Dezembro de 1936. Teve duas séries.



de Novembro de 1903. No ano seguinte, em 24 de Fevereiro, o director d' **O Debate**⁹, João de Meneses, fez publicar no jornal uma carta que António José de Almeida lhe endereçara, ainda de Paris, a exortar o valor da propaganda revolucionária como arma de combate: «Os factos são necessários e não há ninguém que os não reclame. Mas, para que eles surjam da ânsia atormentada da alma popular, é preciso agitar essa alma, lançando-lhe os germes da tempestade. E, para isso, o melhor instrumento é sempre a palavra, soprando, como vendaval, do alto de uma Tribuna.»¹⁰

Nos anos seguintes, em consonância com o programa defendido, António José de Almeida empenhou-se em despertar e reunir em volta do partido republicano as massas politicamente neutras e amorfas. No fundo, deu continuidade à tática que vinha desenvolvendo, desde longa data, através dos inúmeros jornais com que colaborou, orientando-a agora para públicos diferentes e diversos. Uma estratégia que deixara ficar explícita no artigo «Nós» publicado no primeiro número do jornal *O Raio*. Na altura, tratava-se reunir as hostes letradas, «republicanos, socialistas, anarchistas, de bem diversas orientações e bem diferentes processos», mas já então havia a consciência de que era necessária «a solidariedade com a phalange que, lá de ao longe, vem avançando contra as muralhas da velha lei e da velha ordem. Como se chama ella? Não sabemos. Mas sabemos bem, e isso basta, que ella é a legião dos oprimidos e dos desgraçados, cujo cérebro será um ninho de utopias, mas em cuja alma acampa fremente, o princípio das reivindicações eternas. Independentes no meio de todos e de tudo, vamos juntar o rumor das nossas armas ao estrépito da sua marcha.»¹¹

Agora, mais do que as páginas dos jornais, era a tribuna a principal arena de combate. Talento oratório não lhe faltava. Nos comícios, os seus discursos audaciosos, insuflados de terna poesia e da mais dura crítica, electrificavam as multidões, fazendo-as vibrar de urgência revolucionária. Na Câmara dos Deputados, para a qual foi **eleito em 1906**, em reuniões e encontros, as suas intervenções empolgavam a audiência, embora não raras vezes fossem consideradas exageradas na sua forma e conteúdo. Era, por isso, tido como um dos dirigentes republicanos mais radicais.

Em 1909, o Congresso do Partido Republicano, realizado em Setúbal, veio revelar quão frágil era a unidade entre os republicanos, não obstante a propaganda e a organização que se atingira. De facto, as divergências quanto aos métodos de luta a aplicar, da política de alianças a desenvolver, bem como as ambições pessoais e as rivalidades mais fúteis, prenunciavam já a divisão que o partido iria conhecer após o 5 de Outubro. A própria

⁹ Publicou-se em Lisboa, entre de 30 de Março de 1903 e 23 de Agosto de 1904.

¹⁰ ALMEIDA, António José de – *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*. Lisboa: J. Rodrigues & C.^a, Vol. 3, pp. 11-17.

¹¹ ALMEIDA, António José de – «Nós», in *O Raio*, n.º 1. Coimbra: Typographia Operaria, 1894, pp. 3-7.



imprensa republicana já vinha reflectindo a matriz das dissidências: *O Mundo* era afecto à facção liderada por Afonso Costa e Bernardino Machado (1851-1944), conhecida, a partir de 1911, pela designação de “democráticos”, embrião do futuro Partido Democrático; ***A Luta***¹² era orientada pelo seu director, Brito Camacho (1862-1934), que viria a fundar a União Republicana (1912), após a experiência gorada de conúbio com o grupo de António José de Almeida; este, também criou canais de propaganda próprios: primeiro, a ***Alma Nacional***¹³ e, a partir de 1911, a ***República***¹⁴, que será já o órgão do Partido Republicano Evolucionista.

Do editorial que abre o primeiro número da *Alma Nacional* pouco se extrai sobre o programa editorial ou os objectivos que pretende atingir. Tratou-se, provavelmente, de uma indefinição táctica ou pelo menos expectante, mas sem dúvida um inequívoco sinal da desinteligência que já então grassava no seio do Partido Republicano: «Instrumento de guerra nas mãos de um rebelde, nem eu posso dizer o que ella fará, nem calculo o que ella será». O tom de mistério adensa-se com algumas insinuações, como aquela em que António José de Almeida compara a sua publicação a um «velheiro, que perde, como um ponto microscópico, ao pé dos grandes couraçados da imprensa que atroam os ares com o fragor das sua engrenagens.» Mas para que o não julguem assustado, à beira de baixar as armas, remata: «Se faltar a agua, encalho e recomeço o combate em terra firme; se faltar a guarnição, queimo o ultimo cartucho e metto o barco no fundo, alcançando a costa a nado. Porque, amigos, a consciênciã ainda é uma grande bóia para a gente não se afogar...»¹⁵

Implantada a República, fez parte do **governo provisório**, tendo assumido a difícil pasta do «Interior»: o agitador revolucionário, sentimental, deu lugar ao homem de governo, ponderado e, sobretudo, obstinado com o processo de enraizamento social do novo regime, que, na sua perspectiva, estava dependente de dois factores: a conciliação nacional e a ordem.

O primeiro era condição para alcançar a consciencialização geral da população, constituída por essas «creaturas de espírito manso e estagnado que só despertam às vibrações que lhes vêm de fora», e que era preciso trazer «para a vida colectiva, interessa-los no debate político». Essa comunidade heterogénea constituiria «o grande curso de aprendizes do direito novo», que os «republicanos históricos» deveriam continuar

¹² Um dos diários da capital com mais longa existência: 30 anos, publicando-se entre 1 de Janeiro de 1906 e 29 de Setembro de 1935.

¹³ Semanário de Lisboa, teve uma existência efémera: de 10 de Fevereiro a 28 de Setembro de 1910. Disponível em papel na Hemeroteca Municipal e digitalizado em http://www.fmsoares.pt/aeb_online.

¹⁴ Diário, da capital, teve a sua edição em 15 de Janeiro de 1911. Embora se tenha publicado até 1999, a partir de finais da década de 60 estagnou, mantendo uma existência arrastada.

¹⁵ ALMEIDA, António José de - «Alma Nacional», in *Alma Nacional*, n.º 1, 10/02/1910, pp. 1-3.



a formar, como já haviam feito no período revolucionário. Nesse quadro, repudiar cidadãos pelas suas crenças religiosas, afinidades políticas passadas ou outro qualquer estigma, corresponderia a desistir ou abrir mão dessa acção pedagógica, «resgatadora», indispensável para a concretização do ideal da República.

O segundo factor, a ordem, era entendido como resultado ou consequência da conciliação, na medida em que seria expressão da vontade «consciente dos cidadãos que amorosamente trabalham na obra comum» e não «imposta a golpes de sabre como no tempo da monarquia».¹⁶

Após a revolução, tempo de combate duro, este discurso não foi aceite por muitos republicanos que, na qualidade de vitoriosos, se deixaram dominar pela sede de vingança ou pelo desejo de ver compensado o esforço aplicado na luta. Por isso, a orientação política que António José de Almeida aconselhou e, como membro do governo provisório, procurou aplicar, gerou muita polémica. Na imprensa, muitos dos seus anteriores correligionários acusaram-no de traição e lançaram a suspeita sobre as reformas que procurou implementar, denunciando-lhes objectivos insidiosos. Frequentemente, António José de Almeida reagiu através do seu jornal *República*, justificando as opções tomadas, a sua natureza democrática, pela auscultação prévia de interessados e/ou dos restantes membros do governo.

Das páginas dos jornais esta agitação saltou para as ruas, através de manifestações, greves, instalando uma agitação que dificulta a acção governativa. Os monárquicos vão procurar tirar a máxima vantagem desta luta que mina o campo republicano. Através da imprensa que lhes é afecta, fomentam as desconfianças e intrigas; expõem-nas insistentemente perante a opinião pública, como expressão da incapacidade dos dirigentes republicanos de governarem o país; e denunciam os erros e as contradições da sua governação, as promessas não cumpridas e os excessos cometidos com instituições religiosas, como forma de ganhar a simpatia e o apoio das vítimas do radicalismo jacobino. Em paralelo, investem nas incursões militares em territórios do norte do país, que se sabia menos permeáveis à causa republicana. Uma acção concertada de desgaste e terror, que teve em Paiva Couceiro um dos seus mais destacados obreiros.

Da combinação destes e de outros factores vai resultar a instabilidade governativa que caracterizou a I República. Os governos vão suceder-se uns aos outros a um ritmo alucinante. São ensaiadas diversas combinações partidárias, mas ainda assim, o tempo médio de vida de um governo não ultrapassa os 12 meses. A definição da posição portuguesa perante a **Grande Guerra** veio agudizar ainda mais os desentendimentos partidários: os democráticos, liderados por Afonso Costa, batem-se no Parlamento e na imprensa pela intervenção, que justificam com a necessidade imperiosa de defender as

¹⁶ ALMEIDA, António José de – *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*. Lisboa: J. Rodrigues & C.^a, Vol. 3, pp. 11-17.



colónias e a posição portuguesa no xadrez europeu; os unionistas de Brito Camacho batem-se, desde a primeira hora, pela não intervenção; a posição dos evolucionistas foi sintetizada por António José de Almeida, na célebre fórmula «**Vamos até onde for preciso, mas sendo preciso!**», fazendo depender essa necessidade, então tida por imperiosa, de uma solicitação expressa por parte da Inglaterra. Na sua opinião, a debilidade económico-financeira do país aconselhava contenção, «não era a um país empobrecido que se havia de ir irreflectidamente pedir um concurso, que pelo facto de ser em prol do direito e da justiça, nem por isso deixava de ser doloroso e cruel.»¹⁷ Em conformidade com este entendimento, os unionistas votaram favoravelmente a autorização legislativa de 8 de Agosto de 1914, através da qual Portugal manifestou a sua fidelidade à secular aliança com a Inglaterra. Alguns meses depois, o pedido de cooperação militar foi accionado, ficando traduzido no memorando de 10 de Outubro de 1914.

Muitos entenderam a instauração da **ditadura de Pimenta de Castro**, a 25 de Janeiro de 1915, como consequência da luta político-partidária que se instalou a pretexto da intervenção militar na Grande Guerra. Na revista *A Águia*, órgão da Renascença Portuguesa, Raul Proença publicou um artigo muito crítico, no qual não poupa nenhum dirigente, com excepção de Afonso Costa, atribuindo a maior fatia de responsabilidade a Brito Camacho e a António José de Almeida: «Duas causas iniciais concorreram: de um lado o egoísmo e cobardia de uns poucos; do outro inconfessáveis interesses eleitorais de um numero ainda mais reduzido. Havia quem tivesse interesse em que não nos fossemos bater pela nossa independência e pela posse das nossas colónias na Europa ou fora da Europa; outros havia que tinham interesse em que não fosse um ministério democrático que fizesse as eleições. Estes dois grupos de interesses, ambos miseráveis, vão entender-se. Os primeiros serão os braços que levarão ao poder o ambicioso do mando sem a única base legítima para ele se exercer numa autêntica democracia; os segundos serão a voz que gritará na imprensa pela nossa não intervenção na guerra europeia. Nunca se fez conluio mais vergonhoso, pois que nunca em tempo algum o partido da paz foi o partido das espadas¹⁸, nem nunca um homem político, para subir às cadeiras do poder, se serviu de armas mais anti-patrióticas.»¹⁹

¹⁷ ALMEIDA, António José de – *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*. Lisboa: J. Rodrigues & C.ª, Vol.3, pp. 177-185.

¹⁸ A espada é a arma da cavalaria. Como a insurreição militar que levou à instauração da ditadura de Pimenta de Castro foi despoletada no Regimento de Cavalaria n.º 2, sob o comando do capitão Martins Lima, ficou conhecida como «movimento das espadas» e os homens envolvidos como constituindo o «partido das espadas»

¹⁹ PROENÇA, Raul - «Da ditadura à suspensão dos direitos políticos», in *A Águia*, 2.ª série, n.º 43, de Julho de 1915, pp. 32-42.



António José de Almeida tinha, obviamente, uma leitura diferente dos acontecimentos, e deixou-a mais de uma vez explicada claramente no jornal *República*: não aceitando qualquer responsabilidade na sublevação militar que havia destituído o governo em funções, «reconhecendo os perigos que rodeavam a nacionalidade e a situação difícil em que se encontrava a República, aceitou-lhe as consequências, apoiando desde a primeira hora o governo que o chefe do Estado, no uso das suas prerrogativas, organizou. O apoio que lhe deu foi desinteressado e leal. Não se arrepende de lho ter dado, antes pelo contrário, altivamente assume perante a história a responsabilidade da sua atitude, que, livre de qualquer pressão, foi tomada libérrimamente.» Com esta mesma verticalidade moral e política em defesa da República, se comprometerá com o governo de Azevedo Coutinho, instituído após a revolta de 14 de Maio: «Que o governo não espere de nós aquilo que os vencidos de 14 de Maio lhe não podem, lhe não devem dar. Só há uma coisa com que lhe não faltaremos: a comunhão de esforços que republicanos portugueses, para o bem da pátria, têm o dever de facultar a republicanos portugueses. E isso, dado por homens leais, que, na boa como na má sorte, como se tem visto, mantêm integérrimo o mesmo pensar, é de facto alguma coisa.»²⁰

A **declaração de guerra da Alemanha** a Portugal, a 9 de Março de 1916, relegou para segundo plano as diatribes partidárias. Num momento tão grave, rapidamente se instalou a ideia da necessidade de um governo de unidade que se veio a consubstanciar no ministério da «**União Sagrada**», resultante do entendimento entre democráticos e evolucionistas, solicitado pelo então Presidente da República, Bernardino Machado (1851-1944). António José da Almeida assumiu a chefia do governo, acumulando com a pasta das colónias. Afonso Costa ficou com a pasta do Trabalho e da Previdência Social. Apesar da tímida vaga de esperança que suscitou, o governo da «União Sagrada», o décimo primeiro da República (sem considerar o provisório), não durou mais do que 405 dias, de 15 de Março de 1916 até 25 de Abril de 1917.

O governo seguinte, chefiado por Afonso Costa, caiu por razão da revolução de 5 de Dezembro, que colocou **Sidónio Pais** no poder. Paradoxalmente, a sua «República Nova» trouxe, sobretudo, grande ânimo às fileiras monárquicas. E talvez por isso mesmo, o «Presidente-Rei» acabou por ser assassinato a 14 de Dezembro de 1918, deixando reinstalada a instabilidade política e uma grande agitação social. Após o curto mandato do

monárquico Canto e Castro (1862-1934), e na sequência das eleições de 6 Agosto de 1919, António José de Almeida assumiu a **presidência da República Portuguesa**, cargo que desempenhou com dignidade, até 5 de Outubro de 1923. Posteriormente, ainda sucedeu a Sebastião Magalhães de Lima como **grão-mestre da Maçonaria**.

²⁰ ALMEIDA, António José de – *Quarenta Anos de Vida Literária e Política*. Lisboa: J. Rodrigues & C.^a, Vol.3, pp. 209-215.



Apesar da doença prolongada que o vinha enfraquecendo há muito tempo e do desgaste físico e psicológico que acusava, António José de Almeida nunca abdicará da defesa do seu ideal de República, forte e progressiva, porque tolerante e solidária. Na carta que endereçou ao chefe do Estado e do Governo, em Abril de 1927, pedindo clemência para os republicanos que, dois meses antes, tinham pegado em armas para derrubar o regime repressivo instituído a 28 de Maio de 1926, revela-se, mais uma vez, um político leal, mas não dogmático. Talvez realista ou pragmático, na medida em que, sem abrir mão dos valores em que acredita, prefere partir de uma postura dialogante, crente na força da palavra e na boa fé dos homens, que não queria sacrificar desnecessariamente: «Raramente, em qualquer país e em qualquer período da história, se terá deparado ao Poder tão favorável ensejo de, sem humilhação para ninguém e com prestígio do princípio da Ordem, realizar uma obra fecunda de acalmia e trabalho, salvando-se, no nosso caso particular, o bom nome da Republica, que nunca foi mal intencionada, nem mesmo na emergência das suas mais desvairadas perturbações, e que, pelo contrário, produziu actos de grandeza que, para sempre, a nobilitaram.

(...) Esta carta não solicita nem, sequer, espera resposta. Não se destina a qualquer espécie de publicidade; é ditada por intuítos meramente patrióticos e representa, por minha parte, um dever de consciência, que considero impreterível.

E, para tudo dizer, um outro motivo a determina: o desejo de não faltar aos vencidos de Fevereiro, que um evidente fervor idealista inspirou e conduziu, a assistência que não posso nem sei negar àqueles a quem me ligam os elos duma velha fraternidade política, apesar da minha falta de acquiescencia umas vezes, e da minha discordância formal tantas outras, sobre pontos de vista políticos, relativamente aos quais há muito determinei atitudes isoladas e meramente individuais. E, se a V. Ex.^a isso não for desagradável, acrescentarei que também a muita consideração e verdadeira simpatia que tenho por V. Ex.^a me determinam a prestar a mais sincera homenagem aos seus leais propósitos, me deliberam a enviar-lhe estas linhas, para o que me julgo autorizado pelas declarações políticas que um dia tive a oportunidade de fazer-lhe, e as quais não tenho, num sentido ou noutro, que alterar, ainda hoje, por qualquer espécie de rectificação.»

António José de Almeida faleceu em 31 de Outubro de 1929 e foram muitos os republicanos que lhe quiseram prestar uma ultima homenagem.

Por Rita Correia

13 de Dezembro de 2010



Bibliografia:

ALMEIDA, António José de Almeida – *Quarenta anos de vida literária e política*. Lisboa: J. Rodrigues & C.^a, 1933.

LEAL, Ernesto Castro Leal – *António José de Almeida*. In MEDINA, João dir. – *História de Portugal*; Vol. X. Lisboa: ediclube, s.d.. ISBN 84-407-0261-2.

Alma Nacional. Lisboa: Typ. “A Editora”, 1910.

O Raio. Coimbra: Typographia Operaria, 1894. Disponível em WWW:<URL:
<http://almamater.uc.pt/referencias.asp?f=RDUC&i=01010200&t=RAIO>

Águia: revista mensal de literatura, arte, ciência, filosofia e crítica social. 2.^a série. Porto: Renascença Portuguesa.